

DENÚNCIA

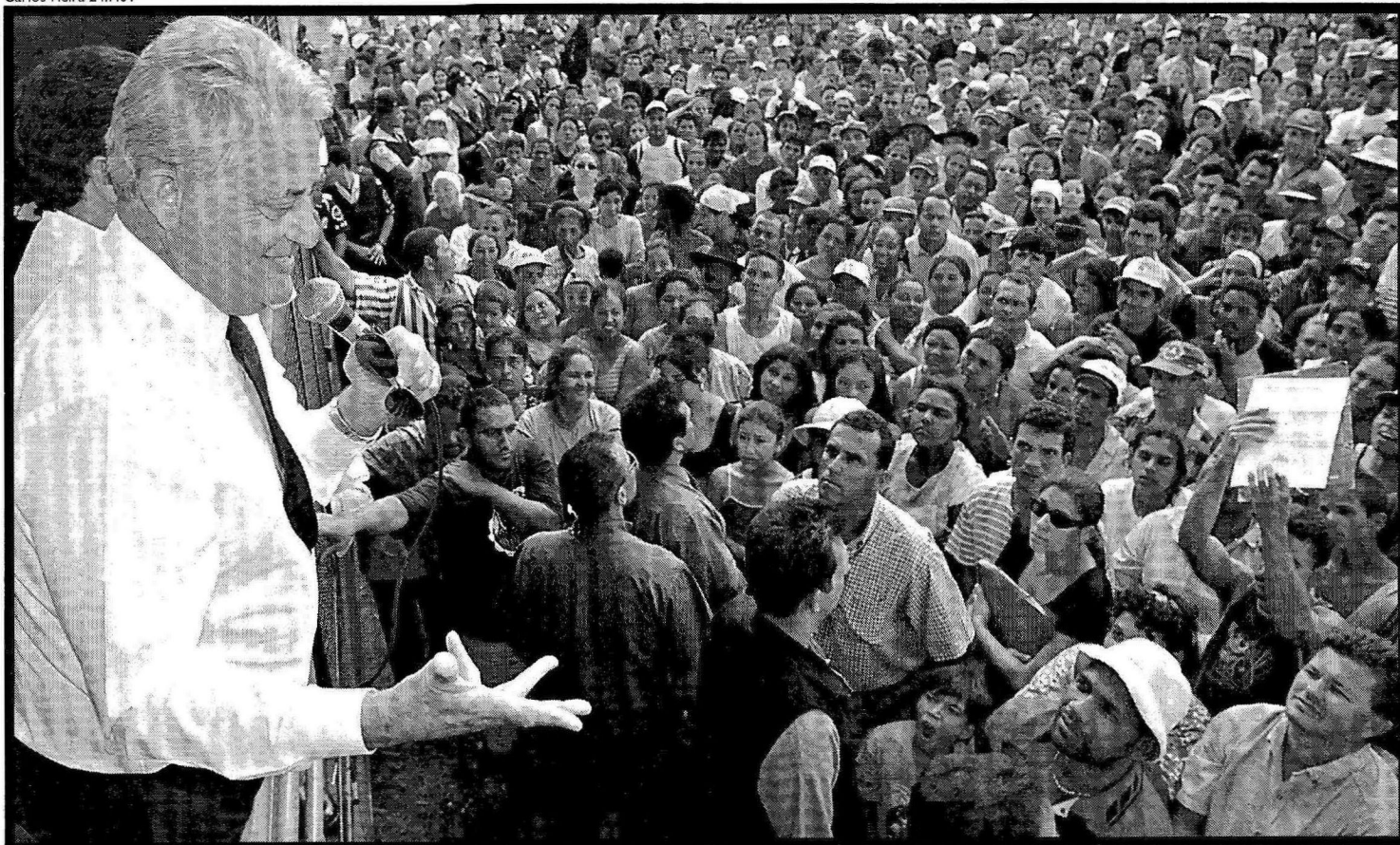
Em denúncia entregue ao TRE, procuradores eleitorais pedem a cassação de registro do candidato por abuso de poder. Maria de Lourdes Abadia e mais dois ex-secretários também são incluídos na investigação do MP local

Ação contra Roriz

Renato Alves

Da equipe do **Correio**

Carlos Vieira 24.7.01



EM JULHO DO ANO PASSADO, RORIZ PROMETEU LOTES A MAIS DE 5 MIL INVASORES DE UMA ÁREA EM CEILÂNDIA: DISTRIBUIÇÃO DE LANCHE E SENHAS

O governador Joaquim Roriz (PMDB) recebeu outro duro golpe contra os seus planos de permanecer mais quatro anos no Palácio do Buriti. A Procuradoria Regional Eleitoral entrou com uma ação no Tribunal Regional Eleitoral contra o candidato à reeleição por uso indevido, abuso e desvio do poder de autoridade em benefício do candidato e do partido. Os procuradores pedem a inelegibilidade e cassação do registro e do diploma de Roriz, de Maria de Lourdes Abadia, sua candidata a vice-governadora, de Ivelise Longhi, ex-secretária de Habitação e candidata a distrital, e de Edimar Braz de Queiroz, ex-secretário de Solidariedade.

A ação assinada e protocolada ontem à noite pelos procuradores eleitorais Franklin Rodrigues da Costa e Antônio Carneiro Sobrinho baseia-se em relatório feito por uma equipe de promotores de Justiça do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT). O relatório deverá, nos próximos dias, transformar-se em uma outra ação. Dessa vez, no Tribunal de Justiça do DF.

As acusações são divididas em três casos (*leia quadro*). “Todos demonstram atos praticados pelos investigados, com o fim de promoção pessoal, visando às eleições de outubro de 2002, às custas do patrimônio público do DF”, acusam os procuradores eleitorais. A denúncia traz 11 provas contra Roriz e seus aliados (*leia quem é quem*). A condenação pode custar o mandato deles e ainda obrigá-los a pagar uma multa, estimada em R\$ 60 milhões.

LOTES E LANCHES

A investigação do MPDFT teve início em julho do ano passado, a partir de reportagem do **Correio**, que mostrou o discurso de Roriz à multidão que invadiu o Setor de Indústrias de Ceilândia. O governador prometeu lotes e mandou seus assessores darem lanche e cadastrar todos no Programa Habitacional do GDF.

Na denúncia, estão cópias das fitas cassete e de vídeo com o discurso de Roriz, gravadas pelo **Correio** e pela **Rede Globo**: “Cês quer que eu mando, mando sanduíches pra vocês? (...) Vou mandar sanduíches nas barracas. (...) As senhas vão ser entregues à noite. Quem quiser receber, é claro que vai receber o lote”.

O edital 01/2001, publicado em 26 de julho de 2001 no *Jornal de Brasília* — antes mesmo do que no Diário Oficial do DF, que trouxe a decisão, assinada por Ivelise Longhi, somente três dias depois — constam os nomes de 5.694 invasores beneficiados. Todos receberam seus imóveis. Peritos do MPDFT calcularam que os 5.694 terrenos, de 128 m² cada, vale, em média, R\$ 10.000. Desta forma, apenas nesse episódio, o

OS CASOS

INVASÃO DO SETOR DE INDÚSTRIA DE CEILÂNDIA

No dia 24 de julho de 2001, o governador Joaquim Roriz fez discurso às pessoas que haviam invadido a área reservada ao Pró-DF, no Setor de Indústria de Ceilândia. De cima de um caminhão de som, ele prometeu aos invasores que doaria lotes a quem recebesse as senhas — distribuídas junto com um lanche. Roriz e o Secretário de Solidariedade à época, Edimar Braz, são acusados de terem usado seus cargos para conseguir a doação de água e sanduíches. Para as mercadorias, foram emitidas notas fiscais “forjadas” para justificar a doação de alimentos pelo *Programa Banco de Doações*, que faz parte do *Programa de Fortalecimento a Famílias de Baixa Renda*. Roriz e Braz são acusados de desviar o programa, usando-o para fins não previstos em lei. No dia seguinte à promessa de lotes, a secretária de Desenvolvimento Urbano

e de Habitação, Ivelise Longhi, assinou edital em que constam os nomes dos invasores beneficiados com o recebimento da senha. Ivelise também é acusada de entregar indevidamente os imóveis para quase todos os invasores (5.694 pessoas) em detrimento de outros que estavam inscritos em programas habitacionais do GDF.

INVASÃO DO CONDOMÍNIO DEL LAGO/ITAPUÃ

Em 17 de setembro de 2001, o governador Roriz esteve na invasão de terras na divisa do Paranoá e Sobradinho, conhecida como Itapuã, e impediu que duas oficiais de Justiça cumprissem a desocupação da área, determinada por decisão judicial. Conforme a denúncia, “ele praticou atos incompatíveis com o cargo de governador do DF (...) agindo com abuso de poder”. O discurso de Roriz na invasão foi, segundo o Ministério Público Federal, fato decisivo para a

consolidação da ocupação ilegal das terras. “Não acato a decisão do Desembargador, é uma grande injustiça o que estão fazendo com meu povo”, discursou Roriz no local. Os procuradores lembram na denúncia o prejuízo que os cofres do DF terão em decorrência da provável renúncia de receita relativa ao valor dos imóveis invadidos, e pela possibilidade de vir a ser condenado em ações de indenização movidas pelos alegados proprietários ou posseiros do local — dentre estes a União.

PROMOÇÃO PESSOAL POR MEIO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS

Entre agosto de 2001 e junho de 2002, Roriz esteve em várias localidades do DF promovendo eventos públicos, segundo a denúncia, com nítido caráter eleitoral, para a entrega de terrenos, lotes e/ou casas — imóveis que fazem parte dos programas habitacionais do GDF.

procuradores, novamente o governador tirou proveito político.

JORNAL DE BRASÍLIA

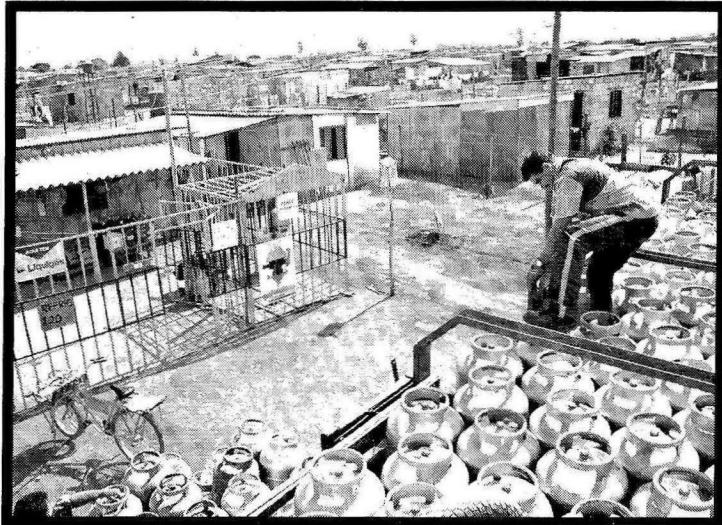
Nesses atos, Roriz não informa ao público, e à imprensa, que a entrega das escrituras, lotes ou casas faz parte de programas do GDF. “Agindo desse modo, Roriz imprime aos benefícios administrativos do GDF a ‘marca pessoal’, induzindo os administrados a acreditarem ser ele o único responsável pelas doações. Por outro lado, o governador utiliza-se, com frequência, do *Jornal de Brasília*, empresa que recebeu benefício administrativo do DF, consistente em vultoso empréstimo de dinheiro do

Banco de Brasília (BRB), para dar publicidade à promoção pessoal que pratica, às custas do erário e dos bens públicos”, acusam os procuradores na ação.

O último caso denunciado trata da visita de Roriz à Invasão Itapuã, localizada entre Paranoá e Sobradinho. Em setembro de 2001, ele impediu que oficiais de Justiça cumprissem a desocupação da área. Os procuradores ressaltam que Roriz atentou contra a aplicação das leis.

O secretário de Comunicação, Welington Moraes, não retornou as ligações do **Correio**. Assessores de Ivelise informaram que a candidata estava num comício e não poderia dar entrevista. Abadia e Edimar Braz não foram localizados.

Ricardo Borba 9.5.02



INVASÃO DO ITAPUÃ: DEZ MIL PESSOAS EM BARRACOS E CASAS DE ALVENARIA

Roberto Fonseca

Da equipe do **Correio**

Técnicos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e da Advocacia Geral da União (AGU) planejam para a segunda quinzena de outubro a remoção dos invasores da área de 750 mil m² da União ocupada pelo complexo de Itapuã I, II e IV. Dez mil pessoas moram no conjunto de invasões, em três mil barracos.

Há um mês, a AGU conseguiu derrubar na Justiça Federal a última liminar que mantinha os in-

vasores no local. Agora, a União vai tentar na 2ª e 3ª Vara Federal uma autorização para dar início à operação de remoção. “É o último passo. Caso tenhamos uma resposta positiva, em duas semanas vamos recuperar a posse do terreno”, afirma a secretária de Patrimônio da União, Maria José Vilalva Barros Leite.

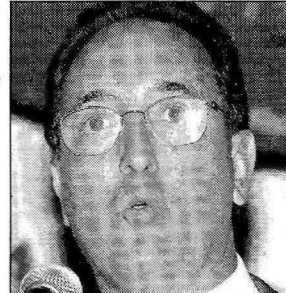
Os advogados da União apresentaram ontem o pedido de remoção à Justiça Federal. Eles esperam uma decisão sobre o caso até o começo da próxima semana. Se a operação for au-

torizada, serão removidos os invasores de Itapuã I, II e IV — terras de propriedade do governo federal.

Para evitar confronto com os invasores, a União permitirá que eles saiam do local espontaneamente até o dia 15. A desocupação da primeira área, Itapuã IV, está marcada para o dia seguinte. A SPU pedirá apoio ao Serviço Integrado de Vigilância do Solo para derrubar os barracos. A retirada deve contar com a participação de 600 PMs, 200 funcionários, 20 policiais federais.

QUEM É QUEM

Carlos Vieira 18.10.00



EDIMAR BRAZ

Ex-secretário de Solidariedade, saiu do cargo em junho para trabalhar como coordenador financeiro da campanha do governador Joaquim Roriz. Os procuradores eleitorais pedem que o TRE declare sua inelegibilidade por atos de improbidade administrativa — desvio de finalidade do programa de fortalecimento às famílias de baixa renda. Durante a invasão do Setor de Indústrias de Ceilândia, em julho de 2001, Edimar é acusado de distribuir 10 mil copos de água e 6 mil sanduíches com a intenção de se autopromover, o que viria a lhes garantir votos neste ano, nas eleições para o Distrito Federal. Caso seja condenado, ficará inelegível até 2005.

Jefferson Rudy 5.2.99



IVELISE LONGHI

Ex-secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano, saiu do cargo em abril para concorrer a uma vaga na Câmara Legislativa pelo PMDB. Os procuradores eleitorais querem que o TRE casse o seu registro de candidatura ou diploma — caso seja eleita — por atos de abuso de poder político, abuso e desvio do poder de autoridade. De acordo com a denúncia, Ivelise desviou a finalidade dos programas habitacionais do DF usando em seu nome e benefício pessoal, bens públicos, servidores e serviços públicos em geral, com o fim específico de aproveitar-se da imagem de Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação que, pessoalmente, doa lotes ao povo. Também é denunciada por uso abusivo e indevido da máquina administrativa.

Carlos Moura 6.4.01



MARIA DE LOURDES ABADIA

Ex-secretária de Coordenação das Administrações Regionais, saiu do cargo em abril para concorrer como vice-governadora na chapa de Joaquim Roriz. Ela foi denunciada apenas por ser candidata suplente de Roriz.